

câmara municipal de

santa  **cruz**
madeira



CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO

Prestação de serviços
Serviços de Publicidade
13 publicações
2020



Praça Dr. João Abel de Freitas, Madeira
www.cm-santacruz.pt | geral@cm-santacruz.pt
Telefone 291 520 100 | Fax 291 524 062
NIPC 511 244 681

ÍNDICE



Parte I Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1.ª	Objeto	3
Cláusula 2.ª	Contrato	3
Cláusula 3.ª	Fases e forma de execução do contrato	4
Cláusula 4.ª	Prazo	4
Cláusula 5.ª	Contagem do prazo	4
Cláusula 6.ª	Preço base	4
Cláusula 7.ª	Condições de faturação e pagamento	5
Cláusula 8.ª	Obrigações da Entidade Adjudicatária	5
Cláusula 9.ª	Vinculação por parte da Entidade Adjudicatária	6
Cláusula 10.ª	Obrigações do Contraente Público	7
Cláusula 11.ª	Conformidade e operacionalidade de serviços	7
Cláusula 12.ª	Garantia técnica	7
Cláusula 13.ª	Gestora do contrato	8
Cláusula 14.ª	Sanções contratuais	8
Cláusula 15.ª	Casos de força maior	9
Cláusula 16.ª	Subcontratação e cessão da posição contratual	10
Cláusula 17.ª	Resolução do contrato por parte do Contraente Público	10
Cláusula 18.ª	Resolução do contrato por parte da Entidade Adjudicatária	10
Cláusula 19.ª	Seguro da Entidade Adjudicatária	10
Cláusula 20.ª	Comunicações e notificações	11
Cláusula 21.ª	Dever de sigilo	11
Cláusula 22.ª	Confidencialidade e proteção de dados pessoais	11
Cláusula 23.ª	Dúvidas e omissões	13
Cláusula 24.ª	Foro competente	13

Cláusula 25. ^a	Legislação aplicável	13
Parte II Cláusulas Técnicas		
Cláusula 26. ^a	Especificações técnicas	14
Cláusula 27. ^a	Natureza e características dos serviços	14
Cláusula 28. ^a	Segurança	14



PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por Ajuste Direito, em conformidade com a alínea d), do n.º 1, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, 29 de janeiro, Código dos Contratos Públicos, e com o n.º 1, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, sendo objeto do contrato a aquisição de serviços de publicidade, 13 publicações, nomeadamente, publicidade em imprensa para os eventos culturais e turísticos de 2020, organizados pelo Município de Santa Cruz.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é redigido a escrito, em conformidade com o disposto no n.º 1, do artigo 94.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e com observância dos procedimentos referidos nos artigos subsequentes do mesmo diploma, artigos 94.º a 106.º.
2. As condições contratuais resultam da conjugação do disposto no Convite e no presente Caderno de Encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.
3. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) O presente Caderno de Encargos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo Contraente Público para a decisão de contratar;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela Entidade Adjudicatária.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato e os seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, Código dos Contratos Públicos, e aceites pela Entidade Adjudicatária, nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.



Cláusula 3.ª

Fases e forma da execução do contrato

Os serviços devem ser efetuados em articulação com os serviços afetos ao Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de Santa Cruz, de acordo com as cláusulas técnicas, referidas na Parte II, do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 4.ª

Prazo

O contrato a celebrar mantém-se em vigor, sem prejuízo das obrigações que devam perdurar além da sua cessação, desde o dia imediato à data da sua celebração, em conformidade com os respetivos termos, condições e o disposto na Lei, até ao término do número de inserções a serem publicadas, que não deve ultrapassar o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2020.

Cláusula 5.ª

Contagem do prazo

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 6.ª

Preço base

1. O preço base a considerar para a prestação de serviços do presente Caderno de Encargos é de **5 200,00€ (cinco mil e duzentos euros)**, ao qual acrescentará o IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao valor máximo que o Contraente Público se dispõe a pagar pela prestação de serviços do objeto do contrato.
2. O Contraente Público deve pagar à Entidade Adjudicatária o preço constante na proposta adjudicada, pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações, constantes no presente Caderno de Encargos, sendo que o valor deve ser pago, faseadamente, após o término de cada mês, consoante as publicações solicitadas pelo Contraente Público.
3. O preço referido, no n.º 1, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, nomeadamente relativos ao transporte dos serviços objeto do contrato para os respetivos



locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

4. A não execução dos serviços de publicidade, no prazo definido no presente contrato, independentemente da causa, não implica qualquer pagamento pelo Contraente Público.

Cláusula 7.ª

Condições de faturação e pagamento

1. A fatura relativa ao fornecimento efetuado só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva, sendo que as faturas devem, obrigatoriamente, conter, de forma explícita:
 - a) Número compromisso;
 - b) Descrição dos trabalhos;
 - c) Evento a que se refere;
 - d) Preços unitários;
 - e) Taxa de IVA aplicável;
 - f) Valor total da fatura: valor sem IVA e valor com IVA.
2. Em caso de discordância por parte do Município de Santa Cruz, quanto aos valores indicados nas faturas, este deve comunicar à Entidade Adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou nota de crédito.
3. Ao Município de Santa Cruz reserva-se o direito de proceder à devolução de qualquer fatura que não contenha expressamente identificado o número de compromisso a que diz respeito, tal como é exigido no n.º 1, da presente cláusula.
4. Em caso de devolução de fatura, o prazo de pagamento referido no n.º 3, nesta cláusula, será contado a partir da data de receção da fatura, onde conste o número da respetiva nota de encomenda.
5. Cada quantia deve ser paga, pelo Contraente Público, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a receção, pelo Município de Santa Cruz, da respetiva fatura.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, da presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 8.ª

Obrigações da Entidade Adjudicatária

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na Legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para a Entidade



Adjudicatária, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações:

- a) Prestar os serviços do contrato a celebrar, de acordo com as datas estipuladas pelo Contraente Público e as especificações técnicas, referidas na Parte II, do presente Caderno de Encargos;
 - b) Comunicar, antecipadamente, ao Município de Santa Cruz os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, no termos do contrato celebrado;
 - c) Não alterar as condições de prestação dos serviços contratados;
 - d) Dever de seguro de responsabilidade e danos;
 - e) Não alterar e/ou decidir os temas a serem publicados na imprensa. Apenas o Contraente Público tem poder de decisão de escolha e/ou alteração.
2. A Entidade Adjudicatária deve afetar ao objeto do contrato os meios que entender suficientes, de modo a responder às solicitações do Município de Santa Cruz, nos prazos determinados.
 3. A título acessório, a Entidade Adjudicatária fica, ainda, obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à integral execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 9.ª

Vinculação por parte da Entidade Adjudicatária

1. A Entidade Adjudicatária selecionada para a prestação de serviços obriga-se a aceitar todas as normas do presente Caderno de Encargos.
2. A Entidade Adjudicatária obriga-se a entregar a declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo I-M, a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 57.º, ou a subalínea i), da alínea b) e alínea c), do n.º 3, do artigo 256.º-A, de acordo com do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.
3. A Entidade Adjudicatária obriga-se a entregar a declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II-M, a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º, do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1, do artigo 7.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.



Cláusula 10.ª

Obrigações do Contraente Público

1. O Contraente Público tem o dever de monitorizar o cumprimento contratual, no que respeita às respetivas condições.
2. Entregar à Entidade Adjudicatária o valor monetário com as características, quantidades, especificações e requisitos descritos neste Caderno de Encargos.
3. Pagar, no prazo, acordado por ambas as partes, as faturas emitidas pela Entidade Adjudicatária.

Cláusula 11.ª

Conformidade e operacionalidade dos serviços

1. A Entidade Adjudicatária obriga-se a prestar os serviços do contrato, ao Contraente Público, com as características, quantidades, especificações e requisitos previstos na Parte II, do presente Caderno de Encargos.
2. Os serviços objeto devem ser prestados consoante os pedidos efetuados, por escrito, nomeadamente, por correio eletrónico, pelo Contraente Público, considerando-se o prazo estabelecido, para prestação dos serviços.
3. A prestação dos serviços, referidos no número anterior, deve ser efetuada em tempo útil e durante a vigência do contrato.
4. Todas as despesas e custos com o transporte e meios humanos são da responsabilidade da Entidade Adjudicatária.
5. A Entidade Adjudicatária é responsável perante o Município de Santa Cruz por qualquer defeito ou discrepância na prestação dos serviços objeto do contrato, que existam no momento em que os mesmos são prestados.

Cláusula 12.ª

Garantia técnica

No que se refere aos serviços prestados ao Município de Santa Cruz em execução do contrato, a Entidade Adjudicatária fica sujeita às exigências legais de conformidade e garantia técnica, bem como demais obrigações de Entidade Adjudicatária, nos prazos aplicáveis ao contrato de prestação de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.



Cláusula 13.ª

Gestora de contrato

Em cumprimento do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 96.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o Contraente Público designa gestora de contrato, nos termos do artigo 290.º A, Tomásia Maria Viveiros Castro, com o contacto telefónico 291 520 100 e correio eletrónico tomasiacastro@cm-santacruz.pt, do Gabinete de Turismo, da Câmara Municipal de Santa Cruz, para acompanhamento permanente da sua execução.

Cláusula 14.ª

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir à Entidade Adjudicatária o pagamento de uma sanção, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimentos das datas, prazos de entrega dos serviços objeto do contrato, e demais prazos estipulados, o Contraente Público pode exigir da Entidade Adjudicatária o pagamento de uma sanção, de montante a fixar, em função da gravidade do incumprimento, que poderá oscilar entre 20% e 50% do valor contratual;
 - b) Pela recusa ou atraso na substituição, em devido tempo, dos serviços, não aceites ou imperfeitos, o Município de Santa Cruz, após notificação à Entidade Adjudicatária, poderá, em caso de necessidade, adquirir a outros fornecedores os serviços em falta, ficando a diferença de preço, se houver, a cargo da Entidade Adjudicatária faltosa.
2. As sanções previstas, na presente cláusula, não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.
3. Se a Entidade Adjudicatária não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas, por facto que lhe seja imputável, deve o Contraente Público notifica-lo para cumprir dentro de um prazo razoável, salvo, quando o cumprimento, se tenha tornado impossível ou o Contraente Público tenha perdido o interesse na prestação.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento da Entidade Adjudicatária, o Contraente Público pode exigir-lhe uma sanção de até 20% do valor da proposta apresentada.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da Entidade Adjudicatária e as consequências do incumprimento.



Cláusula 15.ª

Casos de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades à Entidade Adjudicatária, nem é incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de casos de força maior, entendendo-se com tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não fossem razoavelmente fáceis de contornar ou evitar.
2. Podem constituir casos de força maior, verificando os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, atos de guerra ou terrorismo, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratados da Entidade Adjudicatária, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da Entidade Adjudicatária ou a grupos de sociedades em que este integre, bem como sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma, resultantes do incumprimento pela Entidade Adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela Entidade Adjudicatária de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da Entidade Adjudicatária, cuja causa, propagação ou proporções, se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da Entidade Adjudicatária, não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior, devem ser imediatamente comunicadas à outra parte.
5. A força r determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Cláusula 16.ª



Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pela Entidade Adjudicatária e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Cláusula 17.ª

Resolução do contrato por parte do Contraente Público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, previstos na Lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, logo que ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis à Entidade Adjudicatária:
 - a) A execução do contrato seja gravemente prejudicada;
 - b) O incumprimento, ainda que parcial, da obrigatoriedade de prestar os serviços;
 - c) A prática de atos dolosos ou negligentes;
 - d) O não cumprimento definitivo das obrigações assumidas em todo o articulado do presente Caderno de Encargos.
2. Para efeitos do disposto no n.º 1, da presente cláusula, considera-se que existe incumprimento definitivo, por parte da Entidade Adjudicatária, quando se verificar que as prestações em execução do contrato, não correspondem às características e especificações atribuídas na proposta e restante documentação apresentada.
3. O direito de resolução referido, no número anterior, exerce-se mediante declaração enviada à Entidade Adjudicatária.

Cláusula 18.ª

Resolução do contrato por parte da Entidade Adjudicatária

A Entidade Adjudicatária pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Cláusula 19.ª

Seguro da Entidade Adjudicatária

1. É da responsabilidade da Entidade Adjudicatária a cobertura, através de contratos de seguro, relativos à prestação de serviços e à atividade profissional.
2. O Contraente Público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro, referidos no número anterior, devendo a Entidade Adjudicatária fornecê-la no prazo de 1 (um) dia.



Cláusula 20.ª

Comunicações e notificações

1. Todas as comunicações a efetuar nos termos deste Caderno de Encargos poderão revestir a forma escrita e serem enviadas por correio eletrónico, visto que segundo o n.º 2, do artigo 26.º, do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, a correspondência transmitida por via eletrónica tem o mesmo valor da trocada em suporte de papel, devendo ser-lhe conferida, pela Administração e pelos particulares, idêntico tratamento.
2. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas nos termos do Código dos Contratos Públicos.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato devem ser comunicadas à outra parte.

Cláusula 21.ª

Dever de sigilo

1. A Entidade Adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público de que possa ter conhecimento, no decorrer da execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, previsto nos números anteriores, a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela Entidade Adjudicatária ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da Lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 22.ª

Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

1. A Entidade Adjudicatária obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e/ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Contraente Público ou de que tenha tido conhecimento, no âmbito do contrato ou por causa dele.



2. Os dados pessoais a que a Entidade Adjudicatária tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do Contraente Público.
3. A Entidade Adjudicatária compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo Contraente Público.
4. No caso em que a Entidade Adjudicatária seja autorizada pelo Contraente Público a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
5. A Entidade Adjudicatária obriga-se a garantir que as empresas, por este subcontratadas, cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais, Lei n.º 67/98, de 26 de outubro e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar nos contratos escritos que a Entidade Adjudicatária celebra com outras entidades por si subcontratadas.
6. A Entidade Adjudicatária obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto deste contrato;
 - b) Observar os termos e condições constantes nos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Contraente Público esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção de dados pessoais tratados por conta do Contraente Público contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso



não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;

- f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.
7. A Entidade Adjudicatária é responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
8. Para efeitos do disposto, nos números anteriores, da presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à Entidade Adjudicatária, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a Entidade Adjudicatária e o/a referido/a colaborador/a.
9. A obrigação de sigilo, prevista na presente cláusula, mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

Cláusula 23.ª

Dúvidas e omissões

1. Todas as situações não previstas neste Caderno de Encargos devem ser alvo de apreciação e deliberação pelo Contraente Público, no uso das suas competências previstas nas alíneas e) e f), do n.º 1, do artigo 23.º, bem como na alínea f), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
2. Os casos omissos serão igualmente resolvidos por decisão do Contraente Público.

Cláusula 24.ª

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 25.ª

Legislação aplicável

Em todo o omissos no processo que constitui o presente procedimento, observa-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação subsidiária.



PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 26.ª

Especificações técnicas

1. A Entidade Adjudicatária dispõe ao Município todos os serviços, mediante as características, mencionadas na cláusula 27.ª.
2. A Entidade Adjudicatária deve promover e divulgar na imprensa todo o material enviado pelo Contraente Público.
3. A Entidade Adjudicatária deve cumprir com todas as características das publicações, nomeadamente, respeitar sempre o formato e as cores originais.
4. O Contraente Público tem o direito de, a qualquer momento, alterar a prioridade de execução dos serviços.
5. As datas para a publicação das inserções são enviadas à Entidade Adjudicatária, com antecedência, podendo as mesmas sofrerem alterações, ao longo do contrato.
6. São da responsabilidade da Entidade Adjudicatária quaisquer encargos decorrentes na utilização e fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
7. São da exclusiva responsabilidade da Entidade Adjudicatária todos os danos e avarias imputáveis a deficiências na prestação de serviços, reparações, montagem e fabrico, pelos quais terá que responder.

Cláusula 27.ª

Natureza e características dos serviços

SERVIÇOS DE PUBLICIDADE		
Datas	Número de publicações	Descrição dos serviços
2020	13	→ Promoção, divulgação e distribuição na imprensa; → Inserções de ½ página em cada publicação; → Inserções sempre em página ímpar; → Inserções a cores; → Inserções com cores e formatos originais (enviados pelo Município).

Cláusula 28.ª

Segurança

As condições de segurança de todos os serviços objeto deste Caderno de Encargos são da responsabilidade da Entidade Adjudicatária, de forma a eliminar todo o perigo possível para pessoas, bem como eventuais danos a bens materiais.